

“OFICINAS DA VIDA”: desafios e perspectiva de uma atividade extensionista em contexto socioeducativo

“LIFE WORKSHOPS”: challenges and perspectives for intervention in a socio-educational context

Adinete Sousa da Costa Mezzalira

Universidade Federal do Amazonas
Manaus, AM, Brasil
adinetecosta@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9869-2030>

Rayssa Jackeline Graça Maciel

Universidade Federal do Amazonas
Manaus, AM, Brasil
rayssa.graca@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0271-9268>

Fernanda Priscilla Pereira Calegare

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Manaus, AM, Brasil
naiade89@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0671-7243>

Marcela Karina Dantas da Silva Patrício

Faculdade Martha Falcão
Manaus, AM, Brasil
marcelakarinadantas12@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8291-8517>



RESUMO

O presente trabalho é um relato sobre uma ação desenvolvida em um centro socioeducativo situado na cidade de Manaus. Essa ação considerou o contexto de medidas socioeducativas de internação para criar espaços de expressão e discussão sobre temas relacionados às experiências e perspectivas de vida dos adolescentes. Baseada em uma metodologia dialógica, a ação desenvolveu cinco atividades com os seguintes temas: (1) Identidade; (2) Trajetórias de Vida; (3) Direitos e Deveres; (4) Fatores de Risco e Proteção; e (5) Sentimentos. Ao compartilharem experiências e afetos, esses encontros possibilitaram aos adolescentes refletirem, respeitarem e compreenderem as suas próprias histórias de vida assim como a dos outros. Com isso, pudemos refletir criticamente sobre a trajetória e as perspectivas de vida dos adolescentes, a realidade de um contexto socioeducativo de internação e o papel dos profissionais na construção de um projeto extensionista que potencializa novas trajetórias de vida.

Palavras-chave: Adolescente, Socioeducação, Dialogicidade.

ABSTRACT

The present work is a report about action developed in a socio-educational center located in the city of Manaus. This action considered the context of socio-educational measures for detention to create spaces for expression and discussion on themes related to the adolescents' experiences and life perspectives. Based on a dialogical methodology, the action developed five activities with the following themes: (1) Identity; (2) Life trajectories; (3) Rights and Duties; (4) Risk and Protection Factors; and (5) Feelings. By sharing experiences and affections, these meetings enabled adolescents to reflect, respect and understand their own life stories as well as those of others. With this, we were able to reflect critically on the trajectory and life perspectives of adolescents, the reality of a socio-educational context of detention and the role of professionals in the construction of an extension project that enhances new life trajectories.

Keywords: Adolescent, Socio-education, Dialogicity.

Introdução

Com base na doutrina de proteção integral, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promoveu mudanças no plano jurídico-legal para a infância e a juventude. Essa nova perspectiva inseriu a população infantojuvenil em políticas públicas como sujeitos de direitos e de prioridade absoluta, além de garantir a responsabilização do Estado, da sociedade e da família pelo cumprimento dos dispositivos previstos no ECA. Em relação aos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, historicamente estigmatizados como abandonados e delinquentes, criaram-se políticas de atendimentos e programas socioeducativos com ênfase na promoção do desenvolvimento humano, da autonomia e do aspecto pedagógico em detrimento do caráter meramente punitivo (Pereira; Gomes, 2017).

As medidas socioeducativas previstas no ECA têm como princípio orientador a responsabilização do adolescente pelo ato infracional. Essa responsabilização, segundo Oliveira e Valente (2017), deve ultrapassar o âmbito jurídico e adentrar o campo pedagógico, pois está muito relacionada a um processo subjetivo e pessoal de tomada de consciência, sentimento de pertencimento sociocultural e autoconhecimento como sujeitos capazes de construir a própria história.

Vale ressaltar que discutir o processo de responsabilização do adolescente pela infração não exclui a responsabilidade da sociedade. Ao reconhecer o papel das outras esferas sociais em seu comportamento, o adolescente terá compreensão dos conceitos de reciprocidade social e de cidadania (Oliveira; Valente, 2017). Por isso, as ações para cumprimento das medidas socioeducativas, de acordo com Duarte e Souza (2017), devem “ter como objetivo desenvolver o potencial do adolescente como sujeito, autor e protagonista de sua história e de suas escolhas” (p. 95). Nessa linha de pensamento, tornam-se imprescindíveis atividades socioeducativas que possibilitem ao adolescente construir novas trajetórias de vida.

Os jovens que estão em contexto de medidas socioeducativas, muitas vezes, têm o desejo de terem ouvidas as suas necessidades, as suas versões do mundo e as relações estabelecidas com ele (Costa; Santos; Franco; Brito, 2011; Silva; Silva, 2015). Esse processo de escuta e diálogo pode contribuir para a própria trajetória desses jovens e para a (re)elaboração de projetos de vida de modo desvinculado das práticas infracionais. Os espaços de medidas socioeducativas, contudo, por uma série de questões que envolvem desde necessidades processuais e defasagem de recursos humanos, até cumprimento de objetivos e rotinas administrativas próprias das unidades, muitas vezes, não conseguem criar espaços onde a fala dos adolescentes e suas produções subjetivas tenham lugar central (Brito, 2006).

As trajetórias de vida e os processos de institucionalização e de subjetivação dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são dimensões que precisam ser consideradas pela equipe técnica e pelos agentes socioeducativos. De acordo com Yokoy e Oliveira (2008), as medidas socioeducativas precisam ser direcionadas para a mudança de subjetividade desses adolescentes no que concerne ao ato infracional, para isso, torna-se necessário fazê-los refletir sobre o significado e os impactos de suas ações em si mesmo e no outro. Reconfigurar trajetórias de vida demanda, portanto, a construção de espaços dialógicos capazes de promover rupturas de pensamentos fatalistas sobre as condições de vida.

O processo de conscientização é uma dimensão psicossocial que precisa ser estimulada nos adolescentes. Isso porque, segundo Freire (2005), nesse processo o sujeito será capaz de produzir conhecimentos sobre si mesmo e sobre a sua realidade social, política e cultural. Essa produção colocará o adolescente no seguimento de decidir sobre a vida e de mudar o seu entorno, por meio de reflexões que irão nortear a construção de novos significados e novas ações.

Partindo dessas assertivas, pensamos em uma atividade que possibilitasse aos adolescentes recuperar ou, até mesmo, construir o direito dialógico de expor seus sentimentos e projetos de vida. Além disso, considerando que o contexto socioeducativo ainda assusta e afasta estudantes e profissionais da área da educação devido aos diversos estigmas que acompanham tanto o ambiente quanto os adolescentes, pensamos em desenvolver um projeto que aproximasse a academia desse contexto. Desse modo, em uma unidade socioeducativa de internação, localizada em Manaus (AM), propusemos uma ação com o objetivo de envolver adolescentes em oficinas de conversas que fortalecessem os processos de emancipação por meio de práticas reflexivas e transformadoras.

Método dialógico

A orientação metodológica desse projeto foi a dialogicidade, compreendida com base na obra de Paulo Freire (1997; 2005). Para esse educador, o mundo – enquanto social, histórico e cultural – é formado por sujeitos que se comunicam mediatizados no campo de significação mútua e permeados pelas intencionalidades.

Nessa perspectiva, a partir de práxis educativas, primamos pela compreensão do diálogo enraizado na existência, comprometido com a vida e que se “historiciza” no seu contexto. Conforme as ideias de Freire (2005), compreendemos que a palavra é elemento central do discurso e precisa ser analisada, pois, na condição de palavra verdadeira, implica ação e reflexão.

Desse modo:

Não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue (Freire, 2005, p.75).

A partir dessa perspectiva freireana, a relação dialógica estabelecida durante o projeto com os jovens foi de reconhecimento de seus direitos, de seu olhar sobre sua vida, sua história, seu contexto vivido e suas relações estabelecidas no âmbito da unidade socioeducativa. O projeto se propôs, então, a construir a prática dialógica para que aqueles jovens pudessem ser ouvidos e tivessem a sua visão de mundo considerada — algo que não lhes tem sido comum.

Discussão e análise

O projeto era composto por uma equipe de oito graduandas dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Licenciaturas, quatro psicólogas e uma pedagoga. As atividades desenvolvidas no centro socioeducativo ocorreram por meio de encontros semanais, com a duração

de duas horas em média, e tiveram a participação de trinta e três adolescentes. Destacamos que foi feito um acordo verbal de confidencialidade com os adolescentes quanto à identificação de suas falas nas atividades desenvolvidas. Nossas atividades na unidade socioeducativa foram denominadas “Oficinas da Vida” e possibilitaram a discussão dos seguintes tópicos: Identidade; Trajetórias de Vida; Direitos e Deveres; Fatores de Risco e Proteção; e Sentimentos.

Encontro 1: Identidade

Nesta oficina, tivemos como objetivo conhecer como os adolescentes se identificam em seus grupos sociais. Para isso, as atividades foram divididas em dois momentos: (a) construção do material e (b) exposição de documentários e filmes. No primeiro momento, os adolescentes receberam um caderno e uma camisa. Esse caderno funcionaria como um diário em que os adolescentes iriam registrar seus sentimentos e sua avaliação das atividades desenvolvidas pela equipe extensionista. A capa do caderno foi confeccionada por eles, alguns desenharam, outros escreveram frases ou colaram figuras que os representavam. Também receberam um papel adesivo para colar na camisa depois de escreverem como gostariam de ser identificados. Assim, surgiram nomes como: “De menos T.C.”, “Guerreiro da Vida”, “Boquinha C.V.”, “Só Deus pode me julgar”, “Potência Máxima 33”, “Família em primeiro lugar”, “Peppa Pig”, entre outros.

No segundo momento, os jovens assistiram ao documentário “Quando a casa é a rua” – dirigido por Theresa Jessouroun, de 2012 – e, logo após, dialogamos sobre a realidade de pessoas em situação de rua, deixando-os à vontade para contarem suas histórias e experiências. Também foi projetado o filme “Operação *Big Hero*” – dirigido por Don Hall e Chris Williams, de 2014 – com o objetivo de refletirem a respeito das escolhas que fazemos, uma vez que as situações concretas de vida nos desafiam a superar as dificuldades que aparecem em nosso cotidiano.

Durante essa oficina, os adolescentes sentiam-se temerosos em expor a sua identidade, e, por isso, inicialmente, verbalizavam aspectos da personalidade de acordo com as expectativas dos profissionais da unidade socioeducativa. Diante disso, por meio do diálogo, trabalhamos a construção de uma relação vincular de confiança para possibilitar a verbalização das identidades.

Por esse motivo, de modo a auxiliar o processo socioeducativo dos adolescentes, a relação estabelecida com os jovens reconhecia os seus direitos de expressarem seus pontos de vista sobre suas histórias e suas relações estabelecidas na unidade socioeducativa, escutando-os e considerando a sua visão de mundo. Para Miranda, Onofre e Lopes (2020), o vínculo que é estabelecido mediante um espaço de trocas com os adolescentes torna possível a interação entre os agentes internos (adolescentes) e agente externos (equipe extensionista) para que as falas, os questionamentos, as reflexões, as discordâncias e demais fatores sejam vislumbrados pelo diálogo e a (re)significação das identidades pelos adolescentes em contexto de privação de liberdade faça parte de um resultado positivo desse processo. Assim, as oficinas puderam promover processos de tomada de consciência acerca de suas identidades, seus papéis no mundo e as diversas possibilidades de ação que podem ser por eles construídas.

Encontro 2: Trajetórias de Vida

Para acessarmos a história dos adolescentes, elaboramos uma atividade que pudesse compreender e debater a trajetória de vida deles e refletir sobre perspectivas futuras a partir de três eixos: (1) infância, (2) adolescência e (3) vida adulta. Essa atividade seguia basicamente os seguintes procedimentos: (a) falar livremente palavras que representassem a fase; (b) expor imagens que representassem a fase por meio de recortes de revista ou desenhos; e (c) escrever coletivamente no cartaz os acontecimentos bons e ruins da fase.

No eixo da infância, por um lado, os adolescentes escolheram palavras, imagens e acontecimentos negativos relacionados ao crime, à violência familiar, à revolta, às drogas, às vinganças, entre outros. Por outro lado, também apresentaram aspectos positivos como família, mãe, liberdade, jogos de futebol, igreja, entre outros. Com base nos relatos, podemos inferir que a infância foi qualificada como um momento de inocência e brincadeiras, com marcas de vulnerabilidade social e econômica e conflitos familiares. No diálogo sobre a adolescência, verbalizaram a sua vida fora e dentro da unidade, trazendo elementos de falta, arrependimento, mudança, liberdade e, sobretudo, saudade do convívio familiar. Além disso, verbalizaram uma adolescência marcada pela entrada nas drogas, no crime e na paternidade precoce. Nessa fase, a reflexão recaiu sobre a ausência da família, a privação da liberdade e o papel do adolescente na busca por mudanças em sua trajetória de vida. Com relação à vida adulta, os adolescentes falaram bastante sobre os seus sonhos e desejos, mas também verbalizaram sobre as dificuldades em pensar no futuro tendo em vista o momento presente, o local onde estavam e os seus contextos de vida. Os relatos foram carregados de incertezas, medos, sonhos e aspirações relacionadas à mudança da realidade. A incerteza do futuro e a expectativa de saída da unidade, na busca pela liberdade, demonstram que os adolescentes compreendem claramente suas situações atuais, o espaço em que estão inseridos, a responsabilização, bem como as implicações que podem surgir ao saírem da unidade, como a visibilidade ou a invisibilidade atribuída pela sociedade. Tais prerrogativas denotam, segundo Schmidt (2011), o planejamento do futuro que se encontra distante da realidade e o pensamento de que os sonhos e expectativas não irão durar por muito tempo quando estiverem fora da unidade, frente à sociedade que os estigmatiza e exclui.

Observou-se que a concretude da realidade impedia esses adolescentes de pensar um futuro sem violência, morte, prisão e droga, pois a vida no crime é uma forma de trabalho, de ajudar a família, cuja unidade enfrenta as principais expressões da questão social, sendo os adolescentes/filhos inseridos desde muito cedo em ambientes de trabalho precários e, conforme descreve Schmidt (2011), no cumprimento das medidas socioeducativas. Percebeu-se, portanto, que muitos adolescentes faziam parte da composição central do sustento nessas famílias e suas ausências acarretariam o alargamento das problemáticas sofridas por estas.

Encontro 3: Direitos e Deveres

Este encontro objetivou problematizar as perspectivas dos adolescentes a respeito de direitos e deveres de crianças e adolescentes. O processo foi mediado pelo diálogo com as seguintes questões norteadoras: (1) a importância de se conhecer os direitos e deveres; (2) a vivência dos adolescentes acerca desses direitos e deveres; e (3) a relação desses construídos com a realidade por eles experimentada.

No primeiro momento, projetamos o filme “O contador de histórias” – dirigido por Luiz Villaça, de 2009 – para introduzir o debate sobre a garantia de direitos e deveres de Roberto Carlos, personagem que foi levado para a FEBEM pela sua mãe com a promessa de que sairia doutor da instituição. No segundo momento, apresentamos algumas imagens que deveriam ser escolhidas pelos adolescentes de acordo com os seus entendimentos sobre direitos e deveres. Essa discussão ocorreu por meio de uma roda de conversa. No decorrer da atividade, os jovens construíram e expressaram opiniões acerca da realidade dos bairros em que viviam, dos grupos sociais aos quais pertenciam, bem como dos processos de violação de direitos aos quais eram submetidos, seja por ausência do Estado em relação aos direitos básicos – saúde, educação, esporte, cultura, lazer –, ou pela presença violenta do Estado – ocorrências de abordagens policiais.

Corroborando o defendido por Volpi (2015), os relatos apresentados enfatizaram um contexto brasileiro marcado por violações entre crianças e adolescentes ao longo da história, na qual se percebe que os responsáveis por protegê-los são os causadores desses danos. Portanto, há um cenário que contrapõe as leis basilares da nossa Constituição Federal e que parece não caminhar para outros rumos.

Como resultado das atividades, os adolescentes mencionaram a importância dos direitos, especialmente em relação à unidade socioeducativa e aos direitos fundamentais. Relataram, no entanto, que apenas tiveram conhecimento acerca desses direitos após o cometimento de ato infracional, quando passaram por uma internação. Fica evidente, desse modo, que a plena efetivação dos direitos fundamentais garantidos na legislação está longe de ser realidade na vida de jovens inseridos em contextos de infrações.

Encontro 4: Fatores de Risco e Proteção

Nesta oficina, buscamos investigar quais eram os fatores de risco e proteção envolvidos em quatro espaços da vida dos adolescentes: família, comunidade, escola e unidade socioeducativa. Primeiramente, explicamos o que era fator de risco e proteção e, em seguida, coletivamente, preenchemos um quadro com as situações consideradas como risco e/ou proteção nos ambientes familiar, comunitário e escolar e na unidade socioeducativa. Com base nos relatos dos adolescentes, obtivemos a seguinte síntese para cada contexto:

(a) Família: identificaram ações que envolvem apoio, conselhos, respeito, proteção, afeto, lazer e união como protetivos dentro da família. Além disso, consideraram a presença de dependentes de drogas, morte, dificuldade financeira, desrespeito, brigas entre si e separação dos pais como situações de vulnerabilidade familiar.

(b) Comunidade: expressaram algumas atividades, comportamentos e instituições que contribuíram para o sentimento de acolhimento comunitário, como: lazer, esporte, festa, respeito, solidariedade, união, amigos, segurança interna, igreja e conselhos da comunidade. Também expuseram exemplos que dificultavam o convívio em comunidade, como: discussão entre os vizinhos, más companhias, polícia, desrespeito, desunião e amigos falsos.

(c) Escola: nesse momento, os relatos mesclaram a realidade vivida e a idealização de uma escola protetiva e se referiram a esporte, incentivo, aprovação, interesse na educação, namoro, boas ações, responsabilidade, festas, feira de ciências e passeios. Os jovens,

ademais, compartilharam experiências consideradas de risco, como: venda e consumo de drogas, brigas, furtos, inimizades, gazetar, reprovação, desobediência e inimigos.

(d) Unidade socioeducativa: expressaram que algumas ações como união, respeito, estudos, solidariedade, visitas, cursos, palestras e projetos tornavam a internação menos sofrida, mas relataram situações que os incomodavam ou que traziam temores, como: desunião, brigas, desconfiança e falta de manutenção de equipamentos e limpeza.

As múltiplas e diferentes vivências dos adolescentes dentro e fora da unidade caracterizam o que Costa e Assis (2006) consideram como um conjunto complexo de fatores que os expõem ao risco e à proteção no contexto socioeducativo. Faz-se necessária a promoção de ações de enfrentamento e superação dos momentos de tensões e conflitos existentes no âmbito da unidade e fora dela, em relação à família e ao retorno à sociedade, como proposta que vai na contramão da punição que se estende nesses espaços. Modificar as concepções que se constroem sobre os adolescentes que cometem ato infracional e compreender a medida como fator protetivo são estratégias positivas, pois, ainda na visão das autoras, “fixar-se no ato infracional corresponde ao olhar estrito do ‘sintoma’ ou da ‘infecção’ e remete à adoção de intervenções predominantemente terapêutico-curativas para suprimir o ‘mal’” (Costa; Assis, 2006, p. 76).

Encontro 5: Sentimentos

Nesta atividade, buscamos dialogar sobre os sentimentos que os adolescentes possuem em diversos contextos. Para isso, utilizamos imagens representativas de sentimentos considerando diversos contextos. As imagens foram expostas em papéis-cartões de tamanho grande, e cada adolescente pegou aleatoriamente um papel com o sentimento e outro com o contexto para, depois, contar um fato relacionado àquelas situações.

Inicialmente, os adolescentes estavam muito retraídos, mas, quando entenderam a proposta, começaram a compartilhar as emoções presentes nas situações expostas. Os adolescentes verbalizaram sentimentos como culpa por estarem na unidade, raiva por estarem privados de sua liberdade e tristeza por estarem na unidade e longe da sua família. Arelado a estes sentimentos, é possível perceber o sentimento de culpa que se instaura entre as subjetividades dos adolescentes e, segundo Schmidt (2011), essa manifestação da culpa/arrependimento e demais sentimentos se torna um “elemento de garantia de aquiescência do adolescente às propostas de atendimento (...)”, bem como prospera a ‘justificativa da punição’ ligada ao dever do adolescente em ‘pagar suas dívidas’ (Schmidt, 2011, p. 72). Em geral, a maioria dos jovens falou sobre ansiedade e solidão, sentimentos sempre presentes quando se encontram sozinhos à noite na “tranca”. Perguntamos o que eles faziam quando ficavam ansiosos ou tristes, e disseram apenas que guardavam tudo sem compartilhar com os demais.

Reconhecemos, no âmbito dessa atividade, o aspecto emocional e as subjetividades dos envolvidos. A conversação dialógica, nesse sentido, implicou uma intencionalidade amistosa entre “equipe/adolescente” e “adolescente/adolescente”. Isso se relaciona tanto com a ideia de Costa (2007), que defende o estabelecimento de vínculos com os jovens como uma estratégia protetiva e transformadora, quanto com a de Freire (2005), que defende que não há diálogo sem amor ao mundo e aos homens.

No âmbito da socioeducação, pesquisadores como Costa (2007) e Mezzalana, Calegare, Maciel e Patrício (2019) explicam que nesses contextos o diálogo e o vínculo criam nos jovens os sentimentos de expectativas e possibilidades, à medida que escutamos suas vivências e experiências, bem como nos relacionando e trocando sentimentos e afetos com eles.

Considerações finais

A partir do desenvolvimento das atividades na unidade socioeducativa, constatamos que os adolescentes estão num contexto espaço-temporal reservado ao cumprimento de medidas, mas sem alternativas capazes de construir a ressocialização. O que percebemos, de modo contraditório, é que não há movimentos para que sejam atribuídos sentidos a esse espaço, ao tempo de passagem do adolescente pela instituição e, muitas vezes, nem mesmo à própria história pregressa.

Para originar esses sentidos, as atividades realizadas pela nossa equipe partiram do modo como os adolescentes compreendiam e problematizavam a realidade para, a partir disso, possibilitar a construção de novos significados compartilhados. Para a equipe executora deste projeto, a opção por essa postura metodológica significa assumir a intencionalidade de uma prática capaz de conduzir o desenvolvimento da autonomia e o processo de conscientização social, econômica, política e cultural, de modo que, em larga escala, os jovens que participam de atividades socioeducativas possam contribuir com suas presenças cidadãos na sociedade.

No mais, a participação nas atividades do projeto sempre ocorreu por escolha espontânea, podendo o jovem sair ou ficar na atividade, de acordo com sua vontade. A possibilidade de escolher participar de atividades não é algo muito comum no contexto socioeducativo de internação. Em nossas atividades, os jovens eram encaminhados pela equipe de segurança do local, mas, em momento algum, a participação ativa foi cobrada pela equipe. Por diversas vezes, os adolescentes puderam ficar na sala, sem responder às atividades a eles direcionadas, sair quando desejassem e escolher participar do modo como quisessem. Foi, então, algo novo para os jovens, que agora podiam fazer escolhas e se implicar com elas de modo que eles próprios se organizavam no âmbito das atividades e reavaliavam o modo de inserção deles, as consequências das ações de cada um para o funcionamento do grupo e a qualidade das relações ali estabelecidas. Essa organização para o funcionamento do grupo já é, em si mesmo, um exercício de cidadania à medida que traz à tona a importância e a responsabilidade ética de cada um para o funcionamento da coletividade.

Podemos concluir que as ações desenvolvidas com os adolescentes tiveram como base primordial o estabelecimento de uma relação vincular, de horizontalidade, reconhecendo o valor cultural de todos os sujeitos envolvidos e valorizando a dialogicidade e a reflexão sobre si mesmo e sua própria realidade. Atividades como essa significam investir no desenvolvimento de metodologias sociais e instrumentos científicos capazes de refletir o compromisso ético de quem se vincula aos problemas sociais. Além disso, são atividades que possibilitam a utilização prática do saber técnico desenvolvido pelo estudo e pela apropriação do acervo teórico desenvolvido ao longo dos anos em cada área de formação.

REFERÊNCIAS

- Brito, L., Ayres, L. & Amendola, M. (2006). A escuta de crianças no sistema de Justiça. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 68-73. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300010>
- Costa, C. R. (2007). *Contexto socioeducativo e a promoção de proteção a adolescentes em cumprimento de medida judicial de internação no Amazonas*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ.
- Costa, C.R.B.S.F. & Assis, S.G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18 (3), 74-81; set/dez. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011>
- Costa, C. R., Santos, M., Franco, K., & Brito, A. (2011). Música e transformação no contexto da medida socioeducativa de internação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 840-855. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400013>
- Duarte, N., & Souza, C. (2017). Docência e Direitos Humanos: articulação necessária à socioeducação. In C. Bisinoto (Org.), *Docência na socioeducação: a experiência de um processo de formação continuada*. (pp. 89-118). Brasília: FUP – UnB.
- Freire, P. (1997). Educação Bancária e Educação Libertadora. In M. H. Patto (Org.), *Introdução à Psicologia Escolar* (pp. 61-80). São Paulo: T. A. Queiroz.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mezzalira, A., Calegare, F., Maciel, R., & Patrício, M. (2019). Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: histórias de vidas compartilhadas. In M. I. Tamboril, M. L. L., & A. Neves (Orgs.), *Psicologia social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios* (pp. 154-170). Porto Alegre: ABRAPSO.
- Miranda, K. A. S. N., Onofre, E. M. C., & Lopes, C. V. A. (2020). Socioeducação e juventudes: Ressignificando os processos educativos na privação de liberdade. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba,6(12), p. 100101-100113. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-485>
- Oliveira, M. C., & Valente, F. (2017). Adolescência e a responsabilização socioeducativa: Aspectos históricos, filosóficos e éticos. In M. H. Zamora, & M. C. Oliveira (org.), *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*. (pp. 35-53). Curitiba: Appris.
- Pereira, I., & Gomes, M. R. (2017). Gestão de política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. In M. H. Zamora, & M. C. Oliveira (Orgs.), *Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência, socioeducação e direitos humanos*. (pp. 21-33). Curitiba: Appris
- Schmidt, F. (2011). *Adolescentes privados de liberdade*. Curitiba: Juruá.
- Silva, I., & Silva, F. (2015). *Adolescente em semiliberdade: avaliação de ação extensionista de promoção de fatores protetivos*. São Paulo: Martinari/FAPEAM.
- Volpi, M. (2015). *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez.

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. (2008). Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(1), 85-95.

DATA DE SUBMISSÃO: 09/12/2022

DATA DE ACEITE: 29/03/2023